MATERIAL DIDÁTICO ESTRUTURADO | HISTÓRIA

#Foco na Aprendizagem | 2025

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO ENSINO MÉDIO

SISEDU

Coordenadoria Estadual de Formação Docente e Educação a Distância Coded/CED

CIENTISTA CHEFE EDUCAÇÃO

CEARÁ EDUCA

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Todos os direitos reservados à Secretaria da Educação do Estado do Ceará - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora. Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Cambeba, Fortaleza-CE - Cep: 60.822-325. Ano de Publicação: 2025.

Elmano de Freitas da Costa
Governador

Jade Afonso Romero
Vice-Governadora

Eliana Nunes Estrela
Secretária da Educação

Maria Jucineide da Costa Fernandes
Secretária Executiva do Ensino Médio e Profissional

Emanuele Grace Kelly Santos Ferreira
Secretária Executiva de Cooperação com os Municípios

Francisca Viana Moreira
Secretária Executiva de Gestão da Rede Escolar

Helder Nogueira Andrade
Secretário Executivo da Equidade, Direitos Humanos, Educação Complementar e Protagonismo Estudantil

José Iran da Silva
Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Educação

Vagna Brito de Lima
Coordenadora Estadual de Formação Docente e Educação a Distância – Coded/CED

Ana Paula Nogueira
Coordenadora de Educação de Tempo Integral – Coeti

Bruna Alves Leão
Coordenadora de Protagonismo Estudantil – Copes

Kelem Carla Santos de Freitas
Coordenadora de Acompanhamento e Desenvolvimento Escolar para Resultados na Aprendizagem – Coade

Francisco Tadeu Valente Celedonio
Coordenador da Educação Profissional – COEDP

Nohemy Rezende Ibanez
Coordenadora de Educação Escolar Indígena, Quilombola e do Campo – Cociq

Ideigiane Terceiro Nobre
Coordenadora de Gestão Pedagógica do Ensino Médio – Cogem

Jorge Herbert Soares de Lira
Cientista Chefe da Educação

FICHA TÉCNICA

Ideigiane Terceiro Nobre
Maria da Conceição Alexandre Souza
Dóris Sandra Silva Leão
Coordenadoras da Elaboração

Luiz Raphael Teixeira da Silva
Consultor da Área de Ciências Humanas

Matilde de Lima Brilhante
Professores/elaboradores de História

Dóris Sandra Silva Leão
Márcio Roberto da Silva Lira
Renata Paula de Oliveira Leite
Victor Martins Gomes
Tatiana Maria Silva Coelho Lemson
Antônia Varele da Silva Gama
Revisão e organização de texto

Vagna Brito de Lima
Jacqueline Rodrigues Moraes
Diagramação e Organização Didática

Carmen Mikaele Barros Marciel
Sâmia Luvanice Ferreira Soares
Thaissa Martins Lima
Transposição Didática

Lindemberg Souza Correia
Design Gráfico

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C387m Ceará, Secretaria da Educaçã o do
Material Didático Estruturado (MDE) de História [recurso eletrônico] / Secretaria da Educação do C eará. – Fortaleza: SEDUC, 2025.

Livro eletrônico

ISBN 978-85-8171-623-7 (E-book)

1. História. 2. Ensino médio. 3. Material didático. I. Coordenadoria de Gestão Pedag ógica do Ensino Médio - Cogem. II. Título.

CDD: 907

Apresentação

Apresentamos o Material Didático Estruturado (MDE) de História, 2025, desenvolvido no âmbito da iniciativa Foco na Aprendizagem, da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Este material integra um conjunto de ações articuladas voltadas à recomposição das aprendizagens e à formação continuada de professoras e professores, com o propósito de contribuir para a qualificação do ensino na rede pública estadual.

O Foco na Aprendizagem é uma das estratégias do programa Ceará Educa Mais, promovido pela Secretaria da Educação do Ceará (Seduc), com a finalidade de fortalecer e aprimorar os processos de ensino e aprendizagem nas escolas da rede estadual.

Nesse cenário, a Coordenadoria de Gestão Pedagógica do Ensino Médio (COGEM) oferece suporte técnico e pedagógico às ações de recomposição e fortalecimento das aprendizagens, propondo o uso do MDE como mais uma ferramenta didática entre os recursos disponíveis nas unidades escolares. O material é concebido como um apoio complementar às práticas pedagógicas, respeitando a autonomia docente e as especificidades de cada realidade escolar.

O MDE de História está estruturado em seções organizadas pelos saberes da Matriz do Saberes para a recomposição desse componente curricular, como também pelos descritores do Saeb[1] de Língua Portuguesa, com propostas que dialogam com o cotidiano e os interesses dos estudantes. A padronização da estrutura das seções permite às professoras e aos professores explorar diferentes estratégias de ensino, adaptando o material às necessidades de cada turma e aos objetivos pedagógicos das escolas.

Equipe de Consultoria e Elaboradores Ciências Humanas – Foco na Aprendizagem 2025

[1] Os descritores do Saeb de Língua Portuguesa apresentados neste MDE foram selecionados pela Seduc por apresentarem conteúdos essenciais ao aprofundamento das aprendizagens em geral.

SUMÁRIO

AULA 01: Movimento estudantil: resistência e politização entre os jovens estudantes brasileiros..... 8

AULA 02: Independência do Brasil: a formação da nação brasileira entre mudanças e permanências..... 14

AULA 03: O saber histórico diante dos desafios dos (neg)acionismos contemporâneos..... 42

AULA 04: Proclamação da República: um novo regime firmado em antigos privilégios..... 53

AULA 05: Fascismos - das características gerais às especificidades locais..... 65

Olá, prezada(o) estudante!

Este **Material Didático Estruturado (MDE) de História**, integrante da área de **Ciências Humanas**, foi cuidadosamente elaborado para apoiar você no aprofundamento dos seus conhecimentos e no fortalecimento da sua aprendizagem, além de ajudar na recomposição de Língua Portuguesa.

Nossa equipe de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas convida você a embarcar conosco nessa trajetória de estudos. Propomos uma experiência pedagógica dinâmica e envolvente, que valoriza o uso de tecnologias, recursos audiovisuais e materiais desenvolvidos de forma criativa, com o objetivo de estimular sua curiosidade, inteligência e motivação ao longo do processo de aprendizagem.

O conteúdo deste guia foi construído por professoras e professores que vivem, diariamente, os desafios e as conquistas da sala de aula. A experiência prática de quem está no chão da escola fortalece a proposta deste material, tornando-o mais próximo da sua realidade e mais conectado às suas necessidades como estudante.

Como está organizado este material?

O MDE de História está estruturado em 05 (cinco) aulas, cada uma composta por diversas seções, pensadas para tornar o aprendizado mais significativo. Veja como funciona:

- **Nesta aula, você aprenderá...** – Apresenta os conteúdos a serem estudados e os eixos cognitivos relacionados.
- **Conceituando** – Traz um texto introdutório que contextualiza o tema central da aula.
- **Conversando com o texto** – Propõe leituras e reflexões com o objetivo de desenvolver o senso crítico e a capacidade interpretativa.
- **ENEM** – Apresenta questões que dialogam com o estilo do Exame Nacional do Ensino Médio, desafiando e aprofundando seus conhecimentos.
- **Aulas práticas** – Sugerem experimentos e atividades que conectam teoria e prática, facilitando a compreensão de conceitos científicos.
- **Desafie-se** – Um desafio extra que estimula você a ir além, superando limites e desenvolvendo novas habilidades.
- **Nesta aula eu...** – Um espaço de autoavaliação para que você reflita sobre sua aprendizagem e seu progresso.

- **Para saber mais** – Indica links e QR Codes com conteúdos complementares, curiosidades e exercícios adicionais.
- **Referências** – Apresenta as fontes utilizadas na construção do material.
- **Gabarito** – Disponibiliza as respostas das questões trabalhadas, facilitando a verificação de seus resultados.

Este material tem como foco o componente curricular de História, mas dialoga com a proposta mais ampla das Ciências Humanas, prezando pela interdisciplinaridade e contextualização dos saberes e pela construção de uma aprendizagem significativa.

A orientação didático-pedagógica deste guia tem como objetivo subsidiar suas práticas de estudo, apoiando uma educação de qualidade que promova o desenvolvimento integral. Esperamos que este recurso contribua efetivamente com sua jornada escolar e ajuda você a alcançar excelentes resultados.

Então, bons estudos a todas(os)!

Equipe de Ciências Humanas e suas Tecnologias – História – Foco na Aprendizagem 2025.

AULA 01: MOVIMENTO ESTUDANTIL: RESISTÊNCIA E POLITIZAÇÃO ENTRE OS JOVENS ESTUDANTES BRASILEIROS

(EM13CHS103): elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

Descritor de Língua Portuguesa: D20 reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que abordam o mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.

NESTA AULA, VOCÊ APRENDERÁ...

- a analisar diferentes formas de politização e resistência expressas pelo movimento estudantil brasileiro em distintos contextos históricos;
- a comparar diferentes fontes sobre o movimento estudantil em distintos momentos da história brasileira;
- a perceber como diferentes textos contam a história do movimento estudantil, destacando semelhanças e diferenças na forma como tratam os temas de luta e organização dos estudantes.

CONCEITUANDO

Você já ouviu falar em grêmio estudantil? Bom, ele está presente em algumas escolas brasileiras e exerce uma função fundamental para o exercício da democracia no ambiente escolar. Mais do que uma simples representação de estudantes, ele é o espaço por excelência da formação cidadã, pois ele permite a discussão de ideias, a defesa de direitos e a promoção do diálogo com outras categorias e/ou entidades. De acordo com a Lei 7.398/1985, o grêmio estudantil é uma entidade autônoma representativa dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais. Portanto, é também um espaço de construção coletiva para atuação política.

Desse modo, devemos considerar que o protagonismo estudantil não se limita ao ambiente escolar. Ao longo da história do Brasil, a organização dos estudantes esteve para além dos muros das escolas e universidades, moldando um movimento estudantil forte e atuante, que influenciou decisões políticas, enfrentou regimes autoritários e se tornou símbolo de resistência e transformação social. No entanto, como todo processo histórico, a trajetória desse movimento também revela suas tensões e suas contradições.

Vejamos, por exemplo, o que afirma Mendes Jr.

> É claro que a participação política estudantil na vida brasileira não se dá de forma contínua e crescente, mas sim obedece a fases de fluxo e refluxo. Este fenômeno, aliás, não é absolutamente privativo do movimento estudantil: todos aqueles que se dedicam ao estudo da História dos movimentos sociais sabem que estes movimentos apresentam momentos "privilegiados" em que, por fatores conjunturais, eles crescem, abandonam sua aparente letargia e se transformam nas grandes molas propulsoras do desenvolvimento histórico. (MENDES JR, 1982, p 9)

Com isso, destacamos que a história do movimento estudantil não é linear/progressiva, como se tivesse um destino a ser cumprido, mas, sim, foi construída mediante pensamentos e ações que responderam a contextos históricos específicos, marcados por avanços, recuos, rupturas e reorganizações. Cada fase de mobilização refletiu os dilemas, esperanças e contradições de seu tempo, mostrando que a atuação estudantil é fruto de escolhas políticas, disputas ideológicas e condições sociais concretas — e não de um caminho previamente traçado. Como exemplo concreto, podemos citar o ativismo que o movimento viveu dos anos 1950, logo depois sufocado pela repressão do regime militar instaurado em 1964 e sua retomada no final dos anos de 1970.

Mesmo antes de haver uma organização formal, os estudantes brasileiros já atuavam na cena pública do país. Para Arthur Poerner (2004), a origem dessa experiência remonta ao período colonial, quando em 1710 estudantes participaram da luta pela expulsão dos franceses (comandados por Duclerc) que haviam invadido o Rio de Janeiro. Mendes Jr (1982) destaca que essa luta contra o invasor francês não se configura propriamente como uma ação político-ideológica, seria mais uma reação “semi-institiva” de defesa contra os mesmos. Estudantes também tiveram participação na Inconfidência Mineira e um pequeno grupo chegou a criar, no exterior, um clube secreto para lutar pela independência do país.

É importante entender que, apesar de serem revolucionários em alguns aspectos, os estudantes do final do século XVIII não estavam propondo grandes mudanças sociais. Eles lutavam principalmente pela independência do Brasil em relação a Portugal, mas não queriam acabar com a sociedade baseada na escravidão e no poder dos grandes proprietários de terra. Naquela época, o Brasil vivia sob uma estrutura patriarcal e escravista, e até os líderes mais avançados em ideias políticas tinham dificuldade em imaginar um país sem escravidão.

Na época da Conjuração Mineira, os estudantes tiveram um papel importante como fontes de ideias e de conscientização. Esse papel lembra, de certa forma, a atuação do movimento estudantil em épocas posteriores, guardadas as devidas diferenças. Porém, muitas eram ações, de certa forma, limitadas, pois os estudantes agiam sozinhos ou em pequenos grupos. Ainda não existia a força coletiva e a organização que o movimento estudantil só viria a ter no século XX (POERNER, 2004).

Durante o período imperial, surgem os primeiros indícios de uma atuação coletiva dos estudantes na cena política. Tal atuação era impulsionada por duas ideias ou bandeiras principais: abolição e república. As chamadas Sociedades Acadêmicas e/ou Clubes Acadêmicos engajaram-se na luta pela abolição dos escravizados e na oposição ao Império, enquanto sistema político-econômico. Dessas associações, surgiram nomes que se destacaram no cenário político nacional, a saber, Clóvis Bevilacqua, Pinheiro Machado, Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos, Afonso Celso Filho e Euclides da Cunha, dentre outros (MENDES JR., 1982).

De acordo com os estudiosos do tema, a participação política dos estudantes, durante os primeiros anos da República, foi menos expressiva. Esse declínio da atuação política dos estudantes, pode ser compreendido a partir de diferentes interpretações.

> Clóvis Bevilaqua procurou explicá-lo como decorrência da crescente integração dos universitários na sociedade. Afrânio Peixoto entendeu o enfraquecimento da atuação universitária como resultante da eficiência e dinamismo legislativos do governo provisório, em comparação à apatia do parlamentarismo imperial. [...] Outros motivos para o fenômeno foram os encontrados por Renato Bahia: "... O estudante do período imperial, em regra, filho do grande proprietário agrícola, desfrutava, assim, de uma situação privilegiada" (POERNER, 2004, P. 67).

Como podemos perceber, o papel político dos estudantes não é estático; ele varia conforme o contexto político e social. Ele se fortalece ou enfraquece de acordo com a abertura política, a estrutura do Estado e o perfil social dos estudantes, dentre outros aspectos.

E assim, no final dos anos de 1930, o movimento estudantil entra em uma nova fase. Aqui, de fato, é possível falar de um movimento tal como o entendemos hoje, uma vez que alcança organização e centralização com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937, no Rio de Janeiro, durante o 1º Congresso Nacional dos Estudantes. Embora Mendes Jr (1982) considere que a "verdadeira UNE" só surgiria em 1938 com sua separação da Casa do Estudante do Brasil (CEB) e a realização do 2º Congresso Nacional dos Estudantes. O fato é que a partir de 1937, a entidade assumiu a responsabilidade de organizar e liderar o movimento estudantil em todo o Brasil, mesmo com poucos recursos materiais. Seu objetivo era dar unidade e um caráter nacional às ações dos estudantes, conectando as diversas entidades espalhadas pelo país. Chegou até mesmo a entrar em contato com o Ministério da Educação e se prontificou a cooperar na reforma geral do ensino, que estava em elaboração, assim como na solução de inúmeras questões estudantis (POERNER, 2004). Dessa forma, a criação da UNE pode ser vista como desdobramento e resposta histórica às transformações sociais, políticas e educacionais que alteraram a composição e o papel dos estudantes ao longo do tempo.

Após seu surgimento, no final dos anos de 1930, a UNE se envolveu em grandes questões nacionais, refletindo, de certa forma, a crescente politização das juventudes universitárias. Nesse sentido, citamos a luta contra o fascismo, tentando envolver não só os estudantes, como também a sociedade civil; a mobilização para o Brasil entrar na Segunda Guerra Mundial contra as forças do Eixo; o movimento conhecido como "O petróleo é nosso", que culminou na criação da Petrobras em 1953 e em 1956 participou das manifestações que protestavam contra o aumento das passagens dos bondes, no Rio de Janeiro, aliando-se aos sindicatos operários (SANFELICE. 2015).

Esse protagonismo, no entanto, fez da UNE um dos alvos da repressão durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964. A entidade foi colocada na ilegalidade, e muitos de seus líderes foram presos, torturados ou mortos. Mesmo na ilegalidade, as lideranças estudantis procuraram manter a UNE em funcionamento na clandestinidade e tentaram reorganizar o movimento para continuar resistindo (FREIRE, 2008), o que não evitou sua desarticulação pelas forças repressivas.

A morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima, em março de 1968, assassinado a tiros pela PM durante uma passeata contra o fechamento do restaurante estudantil Calabouço, no centro do Rio de Janeiro serviu de estopim para a radicalização política do movimento. Para Silene Freire (2008), a morte do estudante funcionou como um elemento aglutinador da indignação popular reprimida e resultou em demonstração de massa, no Rio de Janeiro, que alcançaram proporções típicas de uma rebelião social. Ao enterro de Edson compareceu uma multidão que ouviu o juramento prestado por milhares de jovens: Neste luto, começou a luta (MENDES JR).

O impacto da morte de Edson Luís ultrapassou os limites do movimento estudantil. Ela simbolizou o momento em que a juventude brasileira se colocou definitivamente como sujeito político, disposto a confrontar a opressão em nome da democracia. “Neste luto, começou a luta” foi também um chamado à ação que marcou uma geração. A memória de Edson tornou-se um ícone da resistência contra a ditadura, e sua história permanece viva como lembrança do poder mobilizador da juventude diante da injustiça e do autoritarismo.

Sem condições para se reunirem nos colégios e universidades, muito menos para saírem às ruas em passeata, parte desses estudantes, diante da intensa repressão e do fechamento dos canais democráticos de participação política, aderiu à luta armada como forma de resistência ao regime. Jovens universitários passaram a integrar organizações clandestinas, como a ALN (Ação Libertadora Nacional) e o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). No entanto, os resultados desse tipo de resistência foram muito negativos: como precisavam esconder seus membros em locais secretos e realizar ações armadas com frequência para manter suas atividades, esses grupos acabaram entrando em um ciclo perigoso de assaltos a bancos e outros confrontos, o que aumentou ainda mais a repressão do governo militar e afastou a opinião pública do movimento (MENDES JR).

Além disso, a propaganda oficial do regime tratava os militantes como “inimigos da pátria” ou “terroristas”, buscando legitimar a repressão diante da opinião pública. A violação dos direitos humanos foi sistemática, e o uso da violência institucional como forma de controle político tornou-se uma das marcas mais sombrias da ditadura.

Em 1979, o Movimento Estudantil voltou a ganhar destaque na cena política brasileira. Nesse ano, aconteceu um fato histórico: a primeira eleição por voto direto para a presidência da UNE. Mais de 360 mil universitários de 1.099 diretórios estudantis participaram da votação e elegeram o estudante Rui César Costa e Silva

baiano de 23 anos e então presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ele teve o apoio de importantes correntes políticas da época, como a esquerda católica, o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Para celebrar o sucesso da eleição e mostrar que a UNE estava viva e ativa, um grupo de estudantes realizou uma ocupação simbólica da antiga sede da UNE, localizada na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. (POERNER, 2004). Esse gesto representou um marco na reorganização do movimento estudantil após os anos de repressão durante a ditadura militar.

Até o final do século XX, os estudantes ainda teriam participação em mais dois momentos marcantes na cena política brasileira: na campanha “Diretas Já”, em 1984, quando defendia o retorno das eleições diretas para presidente da república e no movimento que ficou conhecido como “Caras Pintadas”, que teve como principal objetivo o impeachment do então presidente da república Fernando Collor de Melo, devido a denúncia de corrupção e as medidas econômicas adotadas pelo governo.

O movimento estudantil não é um todo homogêneo, ele é composto por diversas correntes políticas, ideológicas, religiosas e culturais que, muitas vezes, divergem quanto aos caminhos e estratégias para alcançar seus objetivos. Em muitos momentos, houve disputas internas entre grupos conservadores, liberais, socialistas, comunistas, anarquistas e católicos progressistas. Cada um desses setores trazia propostas diferentes sobre a educação, a política e o papel da juventude na sociedade. Essas diferenças não são sinal de fraqueza, mas sim de riqueza democrática e diversidade, e isso tem feito do movimento estudantil uma força política atuante até os dias atuais, mesmo apresentando períodos de estagnação.

CONVERSANDO COM O TEXTO

1. Explique de que forma o movimento estudantil se relaciona com o fortalecimento da cidadania e da democracia no Brasil. Use exemplos históricos para mostrar como a atuação estudantil contribuiu (ou não) para avanços sociais e políticos no país.
2. A criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, marcou uma nova fase da mobilização dos estudantes no Brasil. Explique por que a fundação da UNE foi um marco importante para a história do movimento estudantil.

3. Leia as imagens a seguir.

O prédio na praia do Flamengo 132, sede da União Nacional dos Estudantes desde a década de 1940 – 05/10/1963 – Fundo Correio da Manhã/Arquivo Nacional
Disponível em: https://riomemorias.com.br/memoria/ataques-a-sede-da-une. Acesso em 02 Jul. 2025.

O fogo destrói o prédio da UNE na praia do Flamengo – Agência O Globo – 01/04/1964 Disponível em: https://riomemorias.com.br/memoria/ataques-a-sede-da-une. Acesso em 02 Jul. 2025.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) teve papel central nas lutas sociais e políticas do Brasil ao longo do século XX. Em 1963, sua sede, localizada na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, simbolizava o protagonismo dos estudantes nos debates sobre educação, democracia e soberania nacional. No entanto, em 1964, durante o regime militar instaurado no país, o prédio foi incendiado, num contexto de repressão às liberdades civis e ao movimento estudantil.

Com base nas duas imagens e nos seus conhecimentos, analise o significado histórico dessa transformação. Em sua resposta, compare o simbolismo das duas imagens e discuta como elas expressam mudanças no papel do movimento estudantil e no cenário político brasileiro entre 1963 e 1964.

Texto 1

No dia 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, o então Conselho Nacional de Estudantes conseguiu consolidar o grande projeto, já almejado anteriormente algumas vezes, de criar a entidade máxima dos estudantes. Reunidos durante o encontro, os jovens a batizam como União Nacional dos Estudantes (UNE). O primeiro presidente oficial da entidade foi o gaúcho Valdir Borges, eleito em 1939. E, de imediato, os estudantes liderados pela UNE se viram envolvidos nas manifestações contrárias ao nazi-fascismo pressionando o ditador-presidente Getúlio Vargas a se posicionar no conflito da II Guerra Mundial. Em 1942, os estudantes, ativos no combate às ideologias totalitárias, ocuparam a sede do Clube Germânia, na Praia do Flamengo 132, Rio de Janeiro, reduto de militantes nazi-fascistas. No mesmo ano o Brasil entrou oficialmente na guerra contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e o ditador-presidente concedeu o prédio do Clube Germânia para que fosse a sede da UNE. Pelo decreto-lei nº 4080, a UNE foi oficializada como entidade representativa de todos os universitários brasileiros.

SANFELICE, José Luís. A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil- militar. In. Revista Simbio-Logias, v.8, nº11, dezembro de 2015. p.127

Texto 2

A campanha contra o Eixo se desenvolve de 1942 a 1945, período a que muitos se referem, com certo saudosismo, como “os melhores tempos da UNE”. Os estudantes se bateram, então, sucessivamente, pela derrota do nazifascismo internacional e pela democratização nacional. É uma fase que abrange a posse, na presidência da UNE, de Hélio de Almeida, futuro ministro da Viação e Obras Públicas do governo João Goulart (...). O DCE iniciou, a partir daí, a luta pela união dos diversos diretórios, com vistas a imprimir maior seriedade ao movimento estudantil, algo apagado àquelas alturas. Intensificou-se, por conseguinte, a atuação política no movimento universitário, única válvula de escape – até certo ponto, tolerada por Vargas – das pressões democráticas no Estado Novo.

Em princípios de 1942, com a guerra se aproximando das costas brasileiras, o DCE pôde oferecer condições de funcionamento à UNE, ainda sem instalações próprias. Tal era a precariedade material da UNE que ela utilizava, como sede de suas reuniões, além do apartamento de Paes Leme, o Bar Recreio, então na praça José de Alencar, ou o Praia Bar, na Praia do Flamengo. Os cafés cariocas cumpriram, aliás, papel importante na história do movimento estudantil, destacando-se também o Lamas, no Largo do Machado, que dispunha, inclusive, de um livro com o endereço dos estudantes, pois quase todas as repúblicas e pensões estudantis se situavam no Catete.

POERNER, Artur José. O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5ª ed. Rio de Janeiro: Brooklin, 2004, pp.143-44

4 Um aspecto comum a esses dois textos é

a) aprofundarem-se no contexto sócio-político de emergência da Segunda Guerra Mundial.

b) destacarem a precariedade de condições materiais da UNE durante o período de criação da entidade.

c) informarem da atuação política dos estudantes brasileiros durante o período inicial de formação da UNE.

d) abordarem as características ideológicas presentes nos movimentos nazifascistas.

e) reconhecerem a importância dos cafés cariocas para a história do movimento estudantil.

ENEM

1. **(Enem 2011)**:

Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 abr. 2010 (adaptado). (Foto: Reprodução/Enem)

O movimento representado na imagem, do início dos anos de 1990, arrebatou milhares de jovens no Brasil.

Nesse contexto, a juventude, movida por um forte sentimento cívico,

a) aliou-se aos partidos de oposição e organizou a campanha Diretas Já.

b) manifestou-se contra a corrupção e pressionou pela aprovação da Lei da Ficha Limpa.

c) engajou-se nos protestos relâmpago e utilizou a internet para agendar suas manifestações.

d) espelhou-se no movimento estudantil de 1968 e protagonizou ações revolucionárias armadas.

e) tornou-se porta-voz da sociedade e influenciou no processo de impeachment do então presidente Collor.

2. **(Enem 2015)**:

Disponível em: www.rededemocratica.org. Acesso em: 28 set. 2012.

Na imagem, encontram-se referências a um momento de intensa agitação estudantil no país. Tal mobilização se explica pela

a) divulgação de denúncias de corrupção envolvendo o presidente da República.

b) criminalização dos movimentos sociais realizada pelo Governo Federal.

c) adoção do arrocho salarial implementada pelo Ministério da Fazenda.

d) compra de apoio político promovida pelo Poder Executivo.

e) violência da repressão estatal atribuída às Forças Armadas.

DESAFIE-SE

(A Primavera nos Dentes)
“Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
e no centro da própria engrenagem
inventa a contra-mola que resiste
Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade, decepado,
entre os dentes segura a primavera.”

Autoria: João Ricardo e João Apolinário
Gravação: Secos & Molhados, 1973

A canção “Primavera nos Dentes”, escrita por João Ricardo e João Apolinário, apresenta uma forte carga simbólica ligada à resistência e à luta por liberdade. Após estudar o movimento estudantil brasileiro e seus momentos de enfrentamento, especialmente durante o regime militar, reflita sobre a mensagem da canção.

Com base na letra e nos conteúdos estudados, produza um pequeno texto relacionando a canção ao contexto histórico da repressão ao movimento estudantil. Para organizar sua resposta, você poderá seguir o roteiro abaixo:

- Quando e em que contexto político a canção foi composta e lançada?
- O que estava acontecendo no Brasil em 1973, ano do lançamento da música?
- De que maneira essa canção pode ser considerada uma forma de resistência política?
- O que a canção quer dizer com a expressão “quem tem consciência para ter coragem”?
- Qual o sentido da metáfora “no centro da própria engrenagem inventa a contra-mola que resiste”?
- Que valores ou ideias a canção transmite para a juventude da época?

NESTA AULA, EU...

Cara/o estudante, de acordo com os objetivos traçados para esta aula e com os conhecimentos construídos, marque as opções que melhor representam a avaliação referente ao seu aprendizado.

ATIVIDADE	CONSTRUÍDO	EM CONSTRUÇÃO
Analisou diferentes formas de politização e resistência expressas pelo movimento estudantil brasileiro em distintos contextos históricos.		
Comparou diferentes fontes sobre o movimento estudantil em distintos momentos da história brasileira.		
Percebeu como diferentes textos contam a história do movimento estudantil, destacando semelhanças e diferenças na forma como tratam os temas de luta e organização dos estudantes.		

PARA SABER MAIS

Acesse o LINK abaixo para um documentário sobre o movimento estudantil.

https://www.youtube.com/watch?v=1Jng0yV774A

"Os Caminhos da Democracia – 1932 - 1977: a história do Movimento Estudantil no Brasil"

Esta é uma produção do departamento de Jornalismo da TV Cultura, com pesquisa, roteiro e redação do jornalista e professor Gabriel Priolli. A produção resgata imagens inéditas, extraídas do acervo da TV Cultura. Entre os assuntos abordados estão os

primórdios da luta em 1932, com a morte dos estudantes paulistas Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo (MMDC) em manifestação que precedeu a Revolução Constitucionalista de 32. As cenas mostram os avanços e os recuos do movimento estudantil, muitas vezes conseguindo driblar a repressão. Em outros, revelam os efeitos brutais do enfrentamento ao regime. O documentário tem entrevistas com personagens que participaram do movimento, como Paulo Moreira Leite, ex-estudante da USP e atualmente jornalista no Brasil 247, Aloizio Mercadante, atual presidente do BNDES e economista formado pela USP, que atuou na corrente estudantil Refazendo, Sergio Gomes, jornalista formado pela USP, fundador da Oboré, que foi torturado no DOI-CODI e Alberto Gaspar, apresentador do programa Legião Estrangeira, da TV Cultura, jornalista que estava na PUC e foi preso no dia em que a universidade foi invadida. (Texto retirado da descrição do vídeo – YouTube).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M, P. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Ed. Relume Damara, 2007.

BRASIL. Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização dos grêmios estudantis e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 nov. 1985. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm>. Acesso em: 1 jul.2025.

FREIRE, Silene de Moraes. **Movimento estudantil no Brasil**: lutas passadas, desafios presentes. Revista História da Educação Latino-Americana, v. 11, p. 131-146, 2008.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Memórias da Ditadura**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, [s.d.]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MENDES JR., Antônio. **Movimento Estudantil no Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1982.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

GABARITO

CONVERSANDO COM O TEXTO	**4**	**C**
ENEM	**1**	**E**
	2	**A**

AULA 02: INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: A FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
Descritor de Língua Portuguesa: D5 Interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, fotos etc.)

NESTA AULA, VOCÊ APRENDERÁ...

- a reconhecer e interpretar diferentes fontes históricas sobre a Independência do Brasil, analisando os contextos em que foram produzidas e os discursos que apresentam sobre a formação da nação;
- a investigar as permanências e as transformações sociais, políticas e econômicas no processo de independência, considerando o impacto sobre distintos grupos sociais;
- a analisar materiais gráficos diversos, que abordam o processo de independência, compreendendo como esses recursos contribuem para a construção e a (re)construção de sentidos sobre os eventos históricos.

CONCEITUANDO

A Independência do Brasil é um dos acontecimentos mais conhecidos da nossa história — amplamente ensinado nas escolas e, muitas vezes, comum até para quem nunca frequentou uma sala de aula. A cena de d. Pedro às margens do Ipiranga, proclamando a separação de Portugal, tornou-se um símbolo nacional, sendo celebrada todos os anos no feriado de 7 de setembro. No entanto, por trás dessa imagem consagrada, há uma série de questões que merecem ser analisadas: quem realmente se beneficiou com a independência? Quais interesses estavam em jogo? E o que ela representou — ou deixou de representar — para a maioria da população brasileira da época?

O primeiro passo para entendermos a dinâmica da independência do Brasil é pensá-la a partir da ideia de mudanças e permanências. Ou seja, percebermos como esse processo se desenvolve ao longo do tempo, identificando tanto os aspectos que permaneceram quanto aqueles que se transformaram.

> A continuidade em história, ***grosso modo***, indica a permanência de estruturas e de relações, e a manutenção de um quadro de referências e ações históricas que garantem a sobrevivência e perpetuação dos tempos anteriores dentro do tempo presente. Já a ruptura introduz uma cisão nesse processo, trazendo uma alteração de forças e cenários que impede que os momentos do futuro sejam iguais aos do presente (MENEGUELLO, 2019, p.59).

Desse modo, é preciso voltarmos ao início do século XIX para compreendermos como esse processo foi sendo construído ao longo do tempo, uma vez que a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, é vista como o início desse movimento que culminará na formação do Estado nacional algumas décadas depois. O que significou, então, a vinda da família real para o Brasil (colônia de Portugal à época)? Este fato significou uma reconfiguração no espaço colonial e marcou uma virada crucial na história do Brasil e de Portugal. Foi um movimento estratégico (para salvar o império português) que inseriu a colônia no centro das decisões políticas e econômicas do Império português. Pela primeira vez, uma metrópole europeia se transferia fisicamente para uma de suas colônias.

Do ponto de vista institucional, a presença da corte na América levou à criação de estruturas administrativas e jurídicas que antes só existiam em Lisboa, como o Banco do Brasil, a Imprensa Régia, além disso, a abertura dos portos às nações amigas rompeu com o monopólio colonial português e inaugurou a integração mais ampla do Brasil ao comércio internacional, especialmente com a Inglaterra. Essas transformações estimularam o crescimento urbano, o desenvolvimento de um funcionalismo público e a formação de uma elite burocrática e intelectual. O príncipe regente (depois rei) d. João VI precisou montar um aparelho governativo no Brasil e fez isso através da transferência de órgãos portugueses e com a criação, no Rio de Janeiro, de estruturas típicas de uma capital, ao mesmo tempo em que são substituídos os institutos de caráter colonial como os monopólios e as restrições industriais e comerciais (MONTEIRO, 2016).

Do ponto de vista cultural, a chegada da corte portuguesa trouxe consigo novos padrões de comportamento, vestuário, expressões artísticas e a fundação de instituições educacionais, como a Academia Real Militar e a Escola de Belas Artes. Essa reconfiguração cultural, no entanto, beneficiou majoritariamente as elites urbanas e a população ligada ao círculo do poder. Para a maioria dos habitantes do Brasil – sobretudo trabalhadores livres, indígenas e pessoas escravizadas – essas transformações tiveram pouco ou nenhum impacto positivo. Pelo contrário: a estrutura escravista foi mantida, servindo de base para sustentar o novo aparato administrativo da monarquia, agora instalado em território americano.

No curso desse processo, em 1815, o Brasil foi elevado a Reino Unido de Portugal e Algaves, mudando, de maneira oficial, seu status diante das demais nações. Em Portugal, a insatisfação com a situação vigente levou à eclosão da Revolução Liberal do Porto, em 1820. Como consequência das pressões políticas exercidas pelas Cortes de Lisboa, d. João VI retornou a Portugal em 26 de abril de 1821, deixando seu filho, d. Pedro, no Brasil, como príncipe regente.

Nos meses que se seguiram ao retorno de d. João VI a Portugal, as cortes de Lisboa, dominadas por interesses metropolitanos, passaram a implementar uma série de medidas centralizadoras e arbitrárias, com o objetivo de reverter as concessões feitas ao Brasil durante o período joanino. Tais decisões buscavam rebaixar o Brasil à condição de colônia e o desmantelamento de instituições administrativas e militares criadas nos anos anteriores.

Essas medidas despertaram forte reação entre as elites brasileiras que viam na perda da autonomia administrativa e comercial uma ameaça direta aos seus interesses econômicos e políticos. A crescente insatisfação fomentou um sentimento de unidade entre os setores dominantes do Brasil e essa convergência foi fundamental para a construção de um projeto de emancipação.

> O resultado, em 7 de setembro, foi o conhecido brado de “independência ou morte”, isto é, o grito do Ipiranga, que hoje e celebrado como a declaração de independência do Brasil. Entretanto, para os contemporâneos, esse fato não teve significado especial, sendo noticiado apenas sob forma de um breve comentário no jornal fluminense O Espelho, com data de 20 de setembro. Para a maioria dos atores principais, a separação, embora parcial, já estava consumada. [...] Tornava-se necessário, somente, oficializar a separação, o que veio a ocorrer com a aclamação de d. Pedro como imperador constitucional do Brasil em 12 de outubro, seguida pela coroação de 10 de dezembro (NEVES, 2011, p.95).

Precisamos aqui lembrar que a independência, a construção do Estado nacional brasileiro e consolidação de uma unidade territorial não ocorreram de forma automática e imediata. Esses processos foram resultado de negociações políticas complexas, conflitos regionais, disputas de poder e resistências diversas. A unidade nacional não foi simplesmente consequência do 7 de setembro, mas uma conquista construída ao longo do tempo, marcada por tensões entre os interesses das províncias e o centro do poder (Rio de Janeiro), além de desafios como a manutenção da coesão territorial, a definição de fronteiras e a integração de diferentes regiões sob uma mesma identidade política.

A historiografia nos mostra que as lutas de independência no Brasil foram marcadas por diferentes conflitos e interesses, revelando que o processo não se deu de forma pacífica e uniforme em todo o território. Esse foi um processo demorado e conturbado, que envolveu enfrentamentos armados em diversas províncias, como Pará, Bahia, Maranhão, Piauí, Ceará e Cisplatina. Nessas regiões, as disputas entre forças brasileiras e tropas portuguesas demonstram que a independência não foi um consenso, mas sim uma construção, muitas vezes, conflituosa. Esses embates revelam a natureza violenta e multifacetada da independência. Por outro lado, também mostra a sua importância como momento decisivo na formação do território e da identidade nacional.

O Brasil não existia como Estado, nem como Nação antes da independência, portanto, a emancipação do jugo português não se limitou a uma simples ruptura com Portugal, mas envolveu a construção de instituições, símbolos, fronteiras e identidades que dessem coesão a um território vasto e diverso. Após a independência, fez-se necessário a criação do Estado nacional brasileiro. Para tanto, foram utilizadas negociações políticas, repressão a resistências locais e um esforço contínuo de integração das províncias sob uma autoridade central. A ideia de uma nacionalidade foi sendo gestada a partir de ritos e símbolos (como bandeira, hino, heróis, etc.) elaborados e (re)elaborados durante o império.

Como esse processo foi conduzido, em grande parte, pelas elites (que buscavam manter seus privilégios), seu resultado foi um modelo de nação excludente, no qual a cidadania plena permaneceu restrita a poucos. Assim, a maior parte da população – escravizados, indígenas, trabalhadores pobres – continuou enfrentando condições sociais marcadas por intensas desigualdades. O acesso à terra, à educação e aos direitos civis continuou sendo privilégio de uma minoria. Mesmo entre os chamados “cidadãos livres”, as possibilidades de participação política eram bastante limitadas, já que barreiras econômicas, sociais e legais impediam grande parte da população de participar das decisões do novo Estado.

CONCEITUANDO

1. Leia a seguir o poema: “Hino Nacional” de Carlos Drummond de Andrade.

Precisamos descobrir o Brasil
Escondido atrás das florestas,
com a água dos rios no meio,
o Brasil está dormindo, coitado.
Precisamos colonizar o Brasil.

O que faremos importando francesas
Muito louras, de pele macia,
alemãs gordas, russas nostálgicas para
garçonettes dos restaurantes noturnos.
E virão sírias fidelíssimas.

Não convém desprezar as japonesas...
Precisamos educar o Brasil.
Compraremos professores e livros,
assimilaremos finas culturas,
abriremos dancings e subvencionaremos as elites.

Cada brasileiro terá sua casa
Com fogão e aquecedor elétricos, piscina,
salão para conferências científicas.
e cuidaremos do Estado Técnico

Precisamos louvar o Brasil.
Não é só um país sem igual.
Nossas revoluções são bem maiores
Do que quaisquer outras; nossos erros também.
e nossas virtudes? A terra das sublimes paixões...
Ou Amazonas inenarráveis... os incríveis João-Pessoas...

Precisamos adorar o Brasil!
Se bem que seja difícil caber tanto oceano e tanta solidão
no pobre coração já cheio de compromissos...
se bem que seja difícil compreender o que querem esses homens,
por que motivo eles se ajuntaram e qual a razão de seus sofrimentos.

Precisamos, precisamos esquecer o Brasil!
Tão majestoso, tão sem limites, tão despropositado,
ele quer repousar de nossos terríveis carinhos.
O Brasil não nos quer! Está farto de nós!
Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil.
Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?

Carlos Drummond de Andrade (Brejo das almas)

Faça uma interpretação desse poema estabelecendo relações com o conteúdo estudado.

2. Leia o texto abaixo e responda.

(Charge de Miguel Paiva)

Disponível em: < https://www.brasil247.com/blog/povo-heroico> Acesso em: 3 jul. 2025

A reação da mãe e da criança sugere que a independência do Brasil
a) foi amplamente celebrada pela população brasileira.
b) não foi percebida como uma mudança significativa para o povo comum.
c) foi reconhecida como um marco de liberdade para todas as classes sociais.
d) despertou grande curiosidade popular e desejo de participação política.
e) reforçou o protagonismo popular no processo de ruptura com Portugal.

ENEM

1. (**Enem 2019**): Entre os combatentes estava a mais famosa heroína da Independência. Nascida em Feira de Santana, filha de lavradores pobres, Maria Quitéria de Jesus tinha trinta anos quando a Bahia começou a pegar em armas contra os portugueses. Apesar da proibição de mulheres nos batalhões de voluntários, decidiu se alistar às escondidas. Cortou os cabelos, amarrou os seios, vestiu-se de homem e incorporou-se às fileiras brasileiras com o nome de Soldado Medeiros.

GOMES, L. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

No processo de Independência do Brasil, o caso mencionado é emblemático porque evidencia a

a) rigidez hierárquica da estrutura social.
b) inserção feminina nos ofícios militares.
c) adesão pública dos imigrantes portugueses.
d) flexibilidade administrativa do governo imperial.
e) receptividade metropolitana aos ideais emancipatórios.

2. (**Enem Digital 2020**): Depois da Independência, em 1822, o país enfrentaria problemas que com frequência emergiram durante a formação dos Estados nacionais da América Latina. Em muitas regiões do Brasil, essas divergências foram acompanhadas de revoltas, inclusive contra o imperador D. Pedro I. Com a abdicação deste, em 1831, o país atravessaria tempos ainda mais turbulentos sob o regime regencial.

REIS, J. J. Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835. São Paulo: Cia. das Letras, 2003 (adaptado).

A instabilidade política no país, ao longo dos períodos mencionados, foi decorrente da(s)
a) disputas entre as tendências unitarista e federalista.
b) tensão entre as forças do Exército e Marinha nacional.
c) dinâmicas demográficas nas fronteiras amazônica e platina.
d) extensão do direito de voto aos estrangeiros e ex-escravos.
e) reivindicações da ex-metrópole nas esferas comercial e diplomática.

3. **(Enem 2009):** No tempo da independência do Brasil, circulavam nas classes populares do Recife trovas que faziam alusão à revolta escrava do Haiti:

Marinheiros e caiados
Todos devem se acabar,
Porque só pardos e pretos
O país hão de habitar.

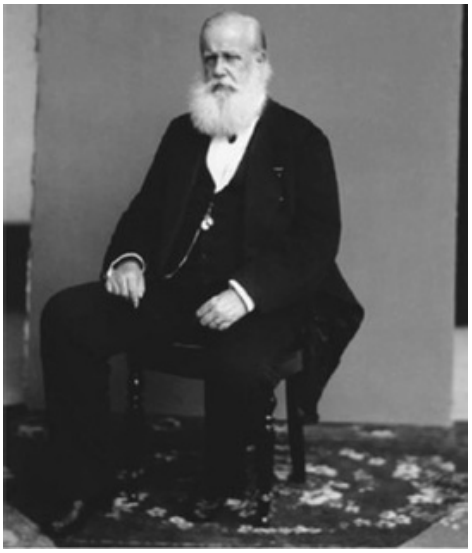
AMARAL, F. P. do. Apud CARVALHO, A. Estudos pernambucanos. Recife: Cultura Acadêmica, 1907.

O período da independência do Brasil registra conflitos raciais, como se depreende
a) dos rumores acerca da revolta escrava do Haiti, que circulavam entre a população escrava e entre os mestiços pobres, alimentando seu desejo por mudanças.
b) da rejeição aos portugueses, brancos, que significava a rejeição à opressão da Metrópole, como ocorreu na Noite das Garrafadas.
c) do apoio que escravos e negros forros deram à monarquia, com a perspectiva de receber sua proteção contra as injustiças do sistema escravista.
d) do repúdio que os escravos trabalhadores dos portos demonstravam contra os marinheiros, porque estes representavam a elite branca opressora.

e) da expulsão de vários líderes negros independentistas, que defendiam a implantação de uma república negra, a exemplo do Haiti.

4. (**Enem 2013**):

MOREAUX, F.R. Proclamação da Independência. Disponível em: www.tvbrasil.org.br. Acesso em 14 jun. 2010. (Foto: Enem)



FERREZ, M. D. Pedro II. SCHWARCZ, L.M. As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

As imagens, que retratam D. Pedro I e D. Pedro II, procuram transmitir determinadas representações políticas acerca dos dois monarcas e seus contextos de atuação. A ideia que cada imagem evoca é, respectivamente

a) habilidade militar – riqueza pessoal.
b) liderança popular – estabilidade política.
c) instabilidade econômica – herança europeia.
d) isolamento político – centralização do poder.
e) nacionalismo exacerbado – inovação administrativa.

5. (**Enem 2021**): Por que o Brasil continuou um só enquanto a América espanhola se dividiu em vários países?

Para o historiador brasileiro José Murilo de Carvalho, no Brasil, parte da sociedade era muito mais coesa ideologicamente do que a espanhola. Carvalho argumenta que isso se deveu à tradição burocrática portuguesa. “Portugal nunca permitiu a criação de universidade em sua colônia”. Por outro lado, na América espanhola, entre 1772 e 1872, 150 mil estudantes se formaram em universidades locais. Para o historiador mexicano Alfredo Ávila Rueda, as universidade na América espanhola eram, em sua maioria, reacionárias. Nesse sentido, o historiados mexicano diz acreditar que a livre circulação de impressos (jornais, livros e panfletos) na América espanhola, que não era permitida na América portuguesa (a proibição só foi revertida em 1808), teve função muito mais importante na construção de regionalismos do que propriamente as universidades.

BARRUCHO, L. Disponível em: wwww.bbc.com. Acesso em: 8 set. 2019 (adaptado).

Os pontos de vista dos historiadores referidos no texto são divergentes em relação ao

a) papel desempenhado pelas instituições de ensino na criação das múltiplas identidades.

b) controle exercido pelos grupos de imprensa na centralização das esferas administrativas.

c) abandono sofrido pelas comunidades de docentes na concepção de coletividades políticas.

d) lugar ocupado pelas associações de acadêmicos no fortalecimento das agremiações estudantis.

e) protagonismo assumido pelos meios de comunicação no desenvolvimento das nações alfabetizadas.

DESAFIE-SE

A imagem a seguir é uma representação de um dos eventos que marcaram o processo de independência do Brasil. O quadro mede 4,15m de altura por 7,60m de largura. Nele, Dom Pedro aparece em posição heróica, montado em um cavalo imponente, cercado por soldados uniformizados, como se estivesse em um campo de batalha. Essa cena grandiosa foi construída de maneira intencional e com um propósito: reforçar a figura de Dom Pedro como “herói fundador” da nação (essa é uma das leituras possíveis).

"Independência ou morte" (1888), Pedro Américo, Museu Paulista da USP. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Independ%C3%AAncia_ou_Morte_%28Pedro_Am%C3%A9rico%29> Acesso em: 4 jul. 2025.

Agora pesquise mais sobre a obra e responda:

Como a obra de Pedro Américo, criada mais de sessenta anos após o fato representado, contribuiu para a construção da memória oficial da Independência?

Que aspectos da realidade histórica são enfatizados ou silenciados nesse quadro?

NESTA AULA, EU...

Cara/o estudante, de acordo com os objetivos traçados para esta aula e com os conhecimentos construídos, marque as opções que melhor representam a avaliação referente ao seu aprendizado.

ATIVIDADE	CONSTRUÍDO	EM CONSTRUÇÃO
Reconheceu e interpretou diferentes fontes históricas sobre a Independência do Brasil, analisando os contextos em que foram produzidas e os discursos que apresentam sobre a formaçao da nação.		

Investigou as permanências e as transformações sociais, políticas e econômicas no processo de independência, considerando o impacto sobre os distintos grupos sociais.		
Analisou materiais gráficos diversos, que abordam o processo de independência, compreendendo como esses recursos contribuem para a construção e a (re)construção de sentidos sobre os eventos históricos.		

PARA SABER MAIS

Em 2021, a Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) produziu um material original e inédito sobre a independência do Brasil, a série conta com 10 aulas gravadas, de cerca de 20 minutos cada, com historiadores especialistas de diferentes universidades do país, para a série intitulada “A ONHB e as independências do Brasil”. Cada docente convidado teve liberdade de cátedra para abordar o tema e o resultado constitui um mosaico de conhecimentos e debates muito ricos. (Texto adaptado do site da ONHB).

Aqui, selecionamos três dessas aulas para você se aprofundar no tema. No entanto, você poderá assistir todas elas no Canal oficial da Olimpíada Nacional em História do Brasil.

Acesse os LINKS abaixo para aulas sobre aspectos diversos da Independência do Brasil.

https://www.youtube.com/watch?v=-KGWkiGB2ww&t=2s

AULA 1: (ONHB) A Violência na História da Independência (Prof. Dr. João Paulo Pimenta - USP)

Essa aula fornece um panorama amplo sobre o processo da Independência do Brasil, contra a ideia comum de uma transição pacífica e negociada, redimensionando a questão da violência em movimentos espalhados por todo o território. (Texto retirado da descrição do vídeo – YouTube)

https://www.youtube.com/watch?v=K1Mx0YH43oc&t=17s

AULA 2: (ONHB) A Imperatriz Leopoldina e a Independência (Prof.ª Dr.ª Andrea Slemian - UNIFESP)

Nessa aula aprendemos sobre a atuação da Princesa e Imperatriz Leopoldina, considerando sua função política, seus sofrimentos pessoais e sua atuação na construção da Independência, em resposta às cortes constitucionais e na defesa dos valores dinásticos. (Texto retirado da descrição do vídeo – YouTube)

https://www.youtube.com/watch?v=ch4UrnV1T68&t=3s

AULA 3: (ONHB) A Revolução de 1817: Uma Outra Independência (Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta - UFMG)

Nessa aula aprendemos sobre a Revolução de 1817 e suas relações com os ideais liberais, com a circulação de pessoas e ideias, com o Império Português dentro e fora das fronteiras brasileiras. (Texto retirado da descrição do vídeo – YouTube)

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Maria Dias de (Coord.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

PIMENTA, João Paulo. As guerras de Independência do Brasil: notas sobre sua história e historiografia. **Almanack**, [S. l.], n. 31, 2022. DOI: 10.1590/2236-463331ef00622. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/13539. Acesso em: 5 jul. 2025.

SILVA, Alberto da Costa e (coor). **Crise colonial e independência**: 1808-1830, volume 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. (História do Brasil Nação: 1808-2010)

GABARITO

CONVERSANDO COM O TEXTO	**2**	**B**
ENEM	**1**	**A**
	2	**A**
	3	**A**
	4	B
	5	**A**

AULA 03: O SABER HISTÓRICO DIANTE DOS DESAFIOS DOS (NEG)ACIONISMOS CONTEMPORÂNEOS

(EM13CHS504): analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.).

Descritor de Língua Portuguesa: D14 distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.

NESTA AULA, VOCÊ APRENDERÁ...

- a analisar como discursos negacionistas alteram a compreensão de fatos históricos, refletindo sobre seus impactos éticos e políticos na sociedade atual;
- a reconhecer como a mistura entre fatos e opiniões pode ser usada para sustentar discursos negacionistas.

CONCEITUANDO

Quando você aprende história, de onde vêm suas informações? Você costuma verificar se são informações confiáveis? Já se perguntou se o que circula nas redes sociais sobre o passado tem algum fundamento? E mais: você já ouviu as seguintes afirmações: “a ditadura no Brasil nem foi tão ruim assim”, “a escravidão não foi tão violenta quanto dizem”, “o holocausto não existiu”, “não houve genocídio indígena no Brasil”? Esses são exemplos claros de negacionismo histórico, uma prática antiga, mas que tem sido impulsionada pela velocidade e alcance das redes sociais na propagação dessas ideias.

O negacionismo acontece quando pessoas ou grupos recusam (intencionalmente, com objetivos políticos, ideológicos ou econômicos) verdades já comprovadas por estudos sérios, tentando criar novas versões — falsas — sobre eventos importantes da história. É, acima de tudo, uma tentativa de controlar o passado para acessar espaços de poder no presente, a serviço de determinados interesses.

Diante disso, estudar História – e construir uma consciência histórica – se torna indispensável para combater os negacionismos contemporâneos. E por que falamos de negacionismos, no plural? Porque entendemos que ele se manifesta de múltiplas formas: pode ser desviando a atenção de responsabilidades, questionando evidências, promovendo versões fraudulentas sobre eventos históricos ou, até mesmo, atacando a credibilidade de profissionais da área.

> Muitas vezes, os negacionistas apelam para o "direito à livre expressão" para propagar suas ideias nefastas. A defesa do direito de opinião e de "liberdade de expressão", sem dúvida um dos princípios basilares da democracia moderna, é frequentemente reivindicada por negacionistas para expressarem suas ideias em público e buscarem reconhecimento no meio científico. Também no debate brasileiro, essa estratégia calcada na defesa de uma suposta "pluralidade de ideias" é brandida por negacionistas das ditaduras ou da escravidão. (NAPOLITANO, 2021, p. 95).

Dito de outra forma, é preciso distinguir com clareza o que é opinião pessoal do que é conhecimento fundamentado, especialmente quando se trata de temas sensíveis como genocídios, ditaduras, escravidão ou regimes totalitários. Temos um problema quando opiniões negacionistas tentam se impor como verdades históricas, exigindo o mesmo reconhecimento e legitimidade que pesquisas baseadas em evidências, métodos científicos e análises críticas. Ou ainda, quando essas relativizam a violência ou incitam o ódio e o preconceito. Em contextos assim, a liberdade de expressão não pode ser usada como escudo para a prática de crimes.

Marcos Napolitano (2021) elencou algumas características dos discursos negacionistas. São elas: títulos sensacionalistas, resultados distorcidos e manipulados, amostra documental muito pequena para conclusões muito simples, linguagem especulativa em excesso, confusão proposital entre correlação e causalidade, generalizações de casos particulares e exceções, seletividade nas fontes e nos resultados. Esses recursos discursivos atuam na fragilização do conhecimento histórico e têm como objetivo confundir o público e gerar desconfiança – contribuindo sobretudo para relativizar entre o público mais amplo a importância e a legitimidade das evidências factuais no âmbito do trabalho intelectual praticado pelos profissionais historiadores.

Portanto, é fundamental compreendermos que o negacionismo histórico é uma ação, e como toda ação, está carregado de intencionalidades e produz efeitos concretos na realidade. Negar um fato histórico é uma ação que visa silenciar memórias, deslegitimar sofrimento e legitimar discursos autoritários. Negar é agir. E agir, nesse caso, é tentar controlar a narrativa sobre o que deve ser lembrado, esquecido ou reinventado. O negacionismo é, portanto, um ato político.

Com as novas mídias digitais, ele tem se sofisticado ao se esconder sob o manto da “liberdade de expressão”, apropriando-se de um dos princípios fundamentais das democracias para sustentar discursos antidemocráticos. Liberdade de expressão não significa impunidade para propagar falsidades deliberadas que ferem a memória coletiva e colocam em risco a integridade histórica de uma sociedade. O direito de se expressar não dá aval para a negação de genocídios, ditaduras, escravidão ou qualquer outra violência historicamente comprovada.

Enfrentar os negacionismos exige formação histórica de qualidade, exige construção de pensamento crítico, exige saber a distinção entre o que é um fato e que é uma opinião. Nem toda opinião é fundamentada em fatos ou dados confiáveis da realidade. Aqui, cabe lembrá-los que a História (também) é uma ciência e, como tal, segue regras de procedimentos rígidos. Ela é construída a partir de métodos próprios, análise criteriosa de fontes, contextualização dos fatos e debate constante com outras interpretações. Ao contrário do que muitos imaginam, o trabalho do historiador não se resume a contar histórias. Ser ciência significa que a História não é construída com base em achismos, opiniões pessoais ou memórias isoladas.

Você, como estudante de história, já deve ter percebido que o saber histórico vai muito além da simples acumulação de datas, nomes ou eventos marcantes. Ele é, na verdade, uma forma de compreender o mundo em sua complexidade, de interpretar o presente à luz do passado e de imaginar possibilidades de futuro com base nas experiências humanas. O saber histórico é, portanto, uma ferramenta poderosa — e, por isso mesmo, constantemente disputada.

Ao longo da sua formação, você provavelmente já notou que a História não se ocupa apenas dos grandes feitos ou das figuras célebres. Ela investiga também as experiências cotidianas, as lutas coletivas, os silêncios forçados, as resistências invisibilizadas. Essa pluralidade é o que torna o saber histórico tão rico e, ao mesmo tempo, tão desafiador: ele exige empatia, espírito crítico e disposição para lidar com contradições.

Além disso, estudar História é, em essência, aprender a formular perguntas. Não se trata de aceitar versões prontas, mas de problematizá-las. Por que determinado fato aconteceu? Quem se beneficiou com isso? Quem foi silenciado? Como essa narrativa chegou até nós? Essas perguntas são fundamentais porque o passado não fala por si mesmo — ele precisa ser interpretado, contextualizado, reconstruído a partir das fontes disponíveis e dos olhares lançados sobre elas. É por isso que o saber histórico incomoda: porque desnaturaliza o que parece óbvio.

Assim, ao trilhar o caminho do saber histórico, você não apenas acumula conhecimento sobre o passado, mas desenvolve uma forma crítica de ver o mundo, reconhecendo as continuidades, rupturas e disputas que moldam a realidade. Estudar História é, antes de tudo, aprender a pensar historicamente — com rigor, sensibilidade e responsabilidade. E, diante de tempos marcados por negacionismos e apagamentos, esse olhar torna-se ainda mais necessário: é ele que nos permite lembrar com consciência, questionar com profundidade e agir com compromisso ético diante dos desafios do presente.

CONVERSANDO COM O TEXTO

1. Como o saber histórico pode nos ajudar a reconhecer e combater as mentiras que tentam apagar ou distorcer o passado?
2. Leia o texto abaixo e responda as questões a seguir.

Texto

Governantes autoritários, insatisfeitos em torturar pessoas, torturam a História para ver se ela confessa e declara aquilo que eles querem ouvir. Governos antidemocráticos odeiam a verdade.

Eles alimentam seus seguidores com mentiras. Atentados contra cidadãos, a ciência, a natureza, a educação são perpetrados a toda hora e tenta-se escondê-los com a contratação de especialistas em marketing orientado a propaganda governamental. Verbas astronômicas, desviadas da Saúde, da Educação, da Habitação, do bem-estar dos cidadãos são usadas em propaganda Ser infiel à verdade é algo que governantes e políticos praticam há muitos séculos. Pelo menos desde o tempo de Ramsés II, dirigentes tentam distorcer episódios históricos (Ramsés mandava raspar o nome de outros faraós de monumentos e colocava o seu, para ficar com o crédito de obras e conquistas militares). Mas nunca se fez isso de forma mais intensa e desavergonhada do que hoje em dia.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. A história contra-ataca. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B, FICO, Carlos... [et al]. (orgs). Novos combates pela História. São Paulo: Contexto, 2021. p. 9-10. (Adaptado)

O autor expressa um fato no seguinte trecho:

a) “Governantes autoritários, insatisfeitos em torturar pessoas, torturam a História...”

b) “Governos antidemocráticos odeiam a verdade.”

c) “Atentados contra cidadãos, a ciência, a natureza, a educação são perpetrados a toda hora”.

d) “Mas nunca se fez isso de forma mais intensa e desavergonhada do que hoje em dia”.

e) “Ramsés mandava raspar o nome de outros faraós de monumentos e colocava o seu, para ficar com o crédito de obras e conquistas militares”.

ENEM

1. (**Enem 2016**): A história não corresponde exatamente ao que foi realmente conservado na memória popular, mas àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo. Os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos nesse processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública na qual o homem atua como ser político.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (adaptado).

Uma vez que a neutralidade é inalcançável na atividade mencionada, é tarefa do profissional envolvido

a) criticar as ideias dominantes.
b) respeitar os interesses sociais.
c) defender os direitos das minorias.
d) explicitar as escolhas realizadas.
e) satisfazer os financiadores de pesquisas.

2. (**Enem 2023**): Na Idade Média, as notícias se propagavam com surpreendente eficácia. Segundo uma emérita professora de Sorbonne, um cavalo era capaz de percorrer 30 quilômetros por dia, mas o tempo podia se acelerar dependendo do interesse da notícia. As ordens mendicantes tinham um papel importante na disseminação de informações, assim como os jograis, os peregrinos e os vagabundos, porque todos eles percorriam grandes distâncias. As cidades também tinham correios organizados e selos para lacrar mensagens e tentar certificar a veracidade das correspondências. Graças a tudo isso, a circulação de boatos era intensa e politicamente relevante. Um exemplo clássico de fake news da era medieval é a história do rei que desaparece na batalha e reaparece muito depois, idoso e transformado.

Disponível em: www.elpais.com.br. Acesso em: 18 jun. 2018 (adaptado)

A propagação sistemática de informações é um fenômeno recorrente na história e no desenvolvimento das sociedades. No texto, a eficácia dessa propagação está diretamente relacionada ao (à)

a) velocidade de circulação das notícias.
b) nível de letramento da população marginalizada.
c) poder de censura por parte dos serviços públicos.

d) legitimidade da voz dos representantes da nobreza.

e) diversidade dos meios disponíveis em uma época histórica.

DESAFIE-SE

Leia a letra da canção a seguir.

O Real Resiste

Arnaldo Antunes

Autoritarismo não existe
Sectarismo não existe
Xenofobia não existe
Fanatismo não existe
Bruxa, fantasma, bicho papão

O real resiste
É só pesadelo depois passa
Na fumaça de um rojão
É só ilusão, não, não
Deve ser ilusão, não, não
É só ilusão, não, não
Só pode ser ilusão

Miliciano não existe
Torturador não existe
Fundamentalista não existe
Terraplanista não existe
Monstro, vampiro, assombração

O real resiste
É só pesadelo depois passa
Múmia, zumbi, medo
Depressão, não, não
Não, não
Não, não, não, não
Não, não, não, não

Trabalhos escravo não existe
Desmatamento não existe
Homofobia não existe
Extermínio não existe
Mula sem cabeça, demônio, dragão

O real resiste
É só pesadelo depois passa
Com um estrondo de um trovão
É só ilusão, não, não

Deve ser ilusão, não, não
É só ilusão, não, não
Só pode ser ilusão
Esquadrão da morte não existe
Ku Klux Clan não existe
Neo-Nazismo não existe
O inferno não existe
Tirania eleita pela multidão

O real resiste
É só pesadelo depois passa
Lobisomem, horror
Opressão, não, não
Não, não
Não, não, não, não
Não, não, não, não

A música “O Real Resiste”, de Arnaldo Antunes, apresenta uma crítica ao negacionismo ao afirmar, de forma irônica, que diversos fenômenos históricos e sociais “não existem”. Ao igualar crimes reais com criaturas fictícias (como zumbis e dragões), o autor denuncia a tentativa de apagar, da memória coletiva, acontecimentos violentos e traumáticos da história brasileira e mundial. Negar a existência de práticas como o trabalho escravo, a homofobia, o desmatamento, a tortura, ou o neonazismo é, muitas vezes, um gesto político. Trata-se de uma disputa pela memória.

Agora responda, de que forma essa música dialoga com o enfrentamento ao negacionismo e à manipulação da realidade na sociedade contemporânea?

NESTA AULA, EU...

Cara/o estudante, de acordo com os objetivos traçados para esta aula e com os conhecimentos construídos, marque as opções que melhor representam a avaliação referente ao seu aprendizado.

ATIVIDADE	CONSTRUÍDO	EM CONSTRUÇÃO
Analisou como discursos negacionistas alteram a compreensão de fatos históricos, refletindo sobre seus impactos éticos e políticos na sociedade atual.		
Reconheceu como a mistura entre fatos e opiniões pode ser usada para sustentar discursos negacionistas.		

PARA SABER MAIS

Os vídeos a seguir são convites para pensar criticamente e desenvolver uma postura consciente diante da avalanche de informações (e desinformações) do presente.

Acesse os LINKS abaixo.

https://www.youtube.com/watch?v=ekmmvqWHTYA&t=24s

As FAKE NEWS surgiram bem antes da internet | Leandro Karnal Série 'Fake News'

Neste vídeo, o historiador Leandro Karnal explica como as notícias falsas sempre fizeram parte da história — usadas por reis, políticos e até religiosos para manipular narrativas e controlar populações. Uma reflexão necessária sobre como mentiras se travestem de verdade.

https://www.youtube.com/watch?v=tF5z2lK7is8

Leitura ObrigaHISTÓRIA – História sob ataque: fake news, negacionismos e apropriação do passado

Este vídeo conta com a participação de Marcos Napolitano (USP), Alex Degan (UFSC) e Anelize Vergara (Canal Prof. Anelize) para discutir como o negacionismo vem sendo usado para reescrever o passado e justificar discursos autoritários.

REFERÊNCIAS

BAUER, Carolina Silveira; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. O negacionismo do Holocausto: pseudo-história e história pública. Resgate: **Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 22, n. 2, p. 5-12, jul./dez. 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Maria Dias de (Coord.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

MORAES, Luis Edmundo de Souza. “A negação existe exclusivamente porque ela é politicamente necessária e, como tal, a fraude é uma condição necessária para o negacionismo”. (Entrevista). In: **Café História**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-com-luis-edmundo-de-souza-moraes-sobre-negacionismo/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

NAPOLITANO, Marcos.Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B, FICO, Carlos... [et al]. (orgs). **Novos combates pela História**. São Paulo: Contexto, 2021.

GABARITO

CONVERSANDO COM O TEXTO	**2**	**E**
ENEM	**1**	**D**
	2	**E**

AULA 04: PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA: UM NOVO REGIME FIRMADO EM ANTIGOS PRIVILÉGIOS

(EM13CHS101): Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
Descritor de Língua Portuguesa: D21 Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema.

NESTA AULA, VOCÊ APRENDERÁ...

- a reconhecer diferentes perspectivas sobre a Proclamação da República, identificando como distintos grupos sociais (elite militar, população negra, abolicionistas, camadas populares etc.) compreenderam e foram afetados pelo novo regime político;
- a analisar e comparar diferentes interpretações sobre a Proclamação da República, reconhecendo como autores e fontes históricas expressam visões distintas sobre os interesses que motivaram a mudança de regime e os privilégios que foram mantidos no novo contexto republicano;
- a interpretar textos históricos e opinativos sobre a Proclamação da República, identificando posições divergentes quanto à sua natureza e avaliando criticamente os argumentos apresentados em cada perspectiva.

CONCEITUANDO

A Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, marcou oficialmente o fim do regime monárquico no Brasil e o início de uma ordem política republicana. No entanto, embora o discurso republicano prometesse renovação e progresso, a mudança de regime não significou uma transformação profunda nas estruturas sociais e econômicas do país. O novo sistema manteve privilégios antigos, agora sob outras roupagens.

Na Primeira República (1889–1930), o Brasil foi governado por uma oligarquia agrária, especialmente dos estados de São Paulo e Minas Gerais, em um esquema conhecido como "política do café com leite". O voto censitário e aberto (não secreto) restringia o direito político aos homens ricos e alfabetizados, perpetuando a exclusão das camadas populares, das mulheres, dos negros libertos e dos indígenas. Assim, a nova República brasileira manteve a concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos — tal como ocorria no Império.

Portanto, embora tenha significado a adoção formal de um novo regime de governo, a Proclamação da República representou, na prática, a continuidade de antigas estruturas de dominação. A promessa de cidadania e participação não se concretizou, de forma imediata, para a maioria da população, e os interesses das elites continuaram a moldar as decisões políticas e econômicas do país.

A pintura que você irá ver a seguir retrata a manhã do dia 15 de novembro de 1889, quando o marechal Deodoro da Fonseca, à frente de tropas militares, depôs o imperador Dom Pedro II e proclamou a República no Brasil. O cenário é o Rio de Janeiro, então capital do Império. A cena parece grandiosa, com muitos soldados, canhões e cavalos em formação, mas se olharmos com atenção, percebemos algo curioso: não há povo. O que isso nos diz?

Proclamação da República (Benedito Calixto – 1893). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica_(Benedito_Calixto)#/media/Ficheiro:Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica_by_Benedito_Calixto_1893.jpg.> Acesso em: 8 jul. 2025.

Essa ausência é simbólica e nos ajuda a perceber o fato de que a República no Brasil não nasceu de uma ampla mobilização popular, mas sim de um movimento articulado por setores da elite, especialmente militares e cafeicultores do Sudeste insatisfeitos com o Império. Ou seja, foi uma mudança no topo do poder, sem participação efetiva das camadas populares.

No entanto, sem participação popular não significa sem tensões. No quadro, por exemplo, os soldados estão organizados e com uniformes impecáveis, em um cenário aparentemente pacífico. Essa imagem transmite a ideia de uma transição ordeira, quase solene, como se a proclamação da República tivesse ocorrido de forma natural e consensual. A imagem da ordem, nesse contexto, serve como instrumento de legitimação de um novo poder que, embora inaugurado sob outra bandeira, manteve muitos dos privilégios herdados do regime anterior. No entanto, por trás dessa representação cuidadosamente construída, ocultam-se os conflitos sociais, as tensões políticas e os interesses das elites que, ressentidas com os rumos tomados pela Monarquia (sobretudo após a abolição da escravidão), articularam a deposição do imperador.

Na história do Brasil, a construção de grandes eventos como pacíficos contribui para a construção de um imaginário nacional que valoriza a conciliação, ao mesmo tempo que silencia as vozes ignoradas ou reprimidas no processo. Assim, o mito da harmonia acaba por mascarar as estruturas de violência que sustentaram essas transformações.

Contra essa imagem, José Murilo de Carvalho (2012) indica que os últimos quatorze anos do regime monárquico no Brasil foram marcados por transformações profundas que abalaram suas bases de sustentação política e social. A abolição da escravidão, em 1888, embora celebrada como um avanço humanitário, representou uma ruptura com a principal elite econômica do país (os grandes proprietários de terra escravistas) que passaram a ver a monarquia como traidora de seus interesses. Paralelamente, os militares, fortalecidos após a Guerra do Paraguai, começaram a se articular como um novo ator político autônomo, nutrindo ressentimentos contra a forma como eram tratados pelo Império e aproximando-se de ideais republicanos. O movimento republicano, por sua vez, ganhava força principalmente entre as camadas urbanas ilustradas, os profissionais liberais e setores do Exército, que viam na monarquia um regime anacrônico e distante das necessidades nacionais.

Para agravar ainda mais a crise de legitimidade, a reforma eleitoral de 1881, ao impor dificuldades burocráticas para a comprovação da renda e proibir o voto de analfabetos, restringiu ainda mais a participação popular e comprometeu a representatividade do Parlamento, tornando-o ainda mais elitizado e alheio aos anseios de mudança. Esses fatores, combinados, enfraqueceram o apoio político da monarquia entre as classes dominantes e aceleraram o colapso do regime imperial em 1889.

> A conspiração militar caminhou rapidamente. Jovens militares, comandados por Benjamim Constante, conseguiram convencer o marechal Deodoro a liderar o movimento com os argumentos de que o governo queria retirar as tropas do Exército da capital e fortalecer a Guarda Nacional e a polícia. Os conspiradores entraram em contato com os republicanos civis. [...] O golpe estava marcado para o dia 17, mas alguns oficiais o precipitaram espalhando nas guarnições boatos de que o governo mandara prender Deodoro e Benjamim e que tropas da Guarda Nacional, da polícia e da Guarda Negra atacariam os quartéis. Na madrugada do dia 15, cerca de seiscentos militares congregaram-se no Campo de Santana, em frente ao quartel general do Exército. [...] Aproximadamente às 9 horas, Deodoro foi admitido ao quartel onde se achava o presidente do Conselho de Ministros, visconde de Ouro Preto. Falou-lhe dos sofrimentos que passara no Paraguai e das perseguições do governo ao Exército. Por fim declarou o ministério deposto, sem tocar na questão do regime. As tropas desfilaram pela cidade. (CARVALHO, 2012)

A deposição do visconde de Ouro Preto sem sequer ser mencionada a mudança de regime, evidencia o caráter restrito do 15 de novembro, indicando que não houve consulta ao povo, nem consenso entre seus articuladores.

Embora a palavra república tenha como significado “coisa pública”, ou seja, algo que pertence a todos os cidadãos, a experiência republicana no Brasil nasceu marcada pela exclusão. Após sua proclamação, foram mantidas as estruturas sociais herdadas do Império. A restrição do direito ao voto, o predomínio das elites agrárias no poder e a ausência de políticas públicas voltadas para a população negra, pobre e recém-liberta revelam que a mudança de regime não significou, de fato, inclusão social.

CONVERSANDO COM O TEXTO

1. Leia a letra da canção a seguir.

Canção de Titãs · 1989

O pulso ainda pulsa

O pulso ainda pulsa

Peste bubônica, câncer, pneumonia
Raiva, rubéola, tuberculose, anemia
Rancor, cisticercose, caxumba, difteria
Encefalite, faringite, gripe, leucemia
E o pulso ainda pulsa
(Pulso)
(Pulso)
O pulso ainda pulsa
(Pulso)
(Pulso)
Hepatite, escarlatina, estupidez, paralisia
Toxoplasmose, sarampo, esquizofrenia
Úlcera, trombose, coqueluche, hipocondria
Sífilis, ciúmes, asma, cleptomania
E o corpo ainda é pouco
O corpo ainda é pouco
Assim
Reumatismo, raquitismo, cistite, disritmia
Hérnia, pediculose, tétano, hipocrisia
Brucelose, febre tifóide, arteriosclerose, miopia
Catapora, culpa, cárie, câimbra, lepra, afasia
O pulso ainda pulsa
E o corpo ainda é pouco
Ainda pulsa
Ainda é pouco
Assim

Compositores: Antonio Bellotto / Marcelo Fromer / Arnaldo Filho
Letra de O pulso © Warner/chappell Edicoes Musicais Ltda, Rosa Celeste

A partir da letra da canção e dos seus conhecimentos sobre a Proclamação da República no Brasil, responda:

Considerando o simbolismo da música como metáfora das “doenças” da sociedade, identifique dois problemas estruturais do Brasil que marcaram o início da República e analise como eles se relacionam com a exclusão da população do processo político.

2. Leia os textos abaixo.

Texto I

Os monarquistas, idealizando a Monarquia, consideravam a proclamação da República um acidente infeliz. Era-lhes impossível reconhecer deficiências profundas no regime monárquico. Recusavam-se a admitir que houvesse um motivo razoável para o movimento. Na sua opinião, tudo não passara de um golpe militar oriundo de interesses nem sempre justificáveis e até mesquinhos. Os republicanos, uma minoria pouco significativa no total do país, pleiteavam a mudança do regime, à revelia do povo e em benefício próprio. A República fora fruto do descontentamento e da indisciplina dos militares que se aliaram aos fazendeiros ressentidos com a abolição da escravatura.

DA COSTA, Emília Viotti. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, ed 6, 1998. p. 449.

Texto II

Os republicanos eram, sob certos aspectos, mais objetivos, embora tivessem também uma visão parcial e nem sempre exata do movimento. Para eles, a proclamação da República fora a correção necessária dos vícios do regime monárquico: os abusos do Poder Pessoal, vitaliciedade do Senado, centralização excessiva, fraude eleitoral que possibilitava ao governo vencer sempre as eleições etc. Correspondendo a uma aspiração nacional, o movimento republicano teria uma força irresistível. Ao proclamar a República, os militares seriam intérpretes do povo.

DA COSTA, Emília Viotti. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, ed 6, 1998. p. 449.

Com base nos dois textos, é possível afirmar que os pontos de vista dos monarquistas e dos republicanos sobre a proclamação da República são

a) imparciais e baseados em análise histórica neutra.

b) complementares, pois ambos concordam quanto à legitimidade do movimento.

c) semelhantes, apesar de pequenas divergências nos argumentos.

d) distintos e influenciados por interesses políticos de cada grupo.

e) coincidentes, pois reconhecem a atuação popular como central no processo.

ENEM

1. (**Enem 2011**):

Charge capa da revista “O Malho”, de 1904. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e4/Charge_sobre_a_campanha_contra_a_vacina_obrigat%C3%B3ria._%22Guerra_Vaccino-Obricateza%22._Revista_O_Malho%2C_Casa_de_Oswaldo_Cruz_%28BR_RJCOC_02-10-20-15-006-032%29.jpg> Acesso em: 07 jul. 2025.

A imagem representa as manifestações nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX, que integraram a Revolta da Vacina. Considerando o contexto político-social da época, essa revolta revela

a) a insatisfação da população com os benefícios de uma modernização urbana autoritária.

b) a consciência da população pobre sobre a necessidade de vacinação para a erradicação das epidemias.

c) a garantia do processo democrático instaurado com a República, através da defesa da liberdade de expressão da população.

d) o planejamento do governo republicano na área de saúde, que abrangia a população em geral.

e) o apoio ao governo republicano pela atitude de vacinar toda a população em vez de privilegiar a elite.

2. (**Enem 2011**): É difícil encontrar um texto sobre a Proclamação da República no Brasil que não cite a afirmação de Aristides Lobo, no Diário Popular de São Paulo, de que "o povo assistiu àquilo bestializado". Essa versão foi relida pelos enaltecedores da Revolução de 1930, que não descuidaram da forma republicana, mas realçaram a exclusão social, o militarismo e o estrangeirismo da fórmula implantada em 1889. Isto porque o Brasil brasileiro teria nascido em 1930.

MELLO, M. T. C. A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império. Rio de Janeiro: FGV, 2007 (adaptado).

O texto defende que a consolidação de uma determinada memória sobre a Proclamação da República no Brasil teve, na Revolução de 1930, um de seus momentos mais importantes. Os defensores da Revolução de 1930 procuraram construir uma visão negativa para os eventos de 1889, porque esta era uma maneira de

a) valorizar as propostas políticas democráticas e liberais vitoriosas.
b) resgatar simbolicamente as figuras políticas ligadas à Monarquia.
c) criticar a política educacional adotada durante a República Velha.
d) legitimar a ordem política inaugurada com a chegada desse grupo ao poder.
e) destacar a ampla participação popular obtida no processo da Proclamação.

3. (**Enem 2010**): Para consolidar-se como governo, a República precisava eliminar as arestas, conciliar-se com o passado monarquista, incorporar distintas vertentes do republicanismo. Tiradentes não deveria ser visto como herói republicano radical, mas sim como herói cívico-religioso, como mártir, integrador, portador da imagem do povo inteiro.

CARVALHO, J. M. C. A formação das almas: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

I — Ei-lo, o gigante da praça, / O Cristo da multidão!
É Tiradentes quem passa / Deixem passar o Titão.

ALVES, C. Gonzaga ou a revolução de Minas. In: CARVALHO, J. M. C. A formação das almas. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

A 1ª República brasileira, nos seus primórdios, precisava constituir uma figura heroica capaz de congregar diferenças e sustentar simbolicamente o novo regime. Optando pela figura de Tiradentes, deixou de lado figuras como Frei Caneca ou Bento Gonçalves. A transformação do inconfidente em herói nacional evidencia que o esforço de construção de um simbolismo por parte da República estava relacionado

a) ao caráter nacionalista e republicano da Inconfidência, evidenciado nas ideias e na atuação de Tiradentes.
b) à identificação da Conjuração Mineira como o movimento precursor do positivismo brasileiro.
c) ao fato de a proclamação da República ter sido um movimento de poucas raízes populares, que precisava de legitimação.
d) à semelhança física entre Tiradentes e Jesus, que proporcionaria, a um povo católico como o brasileiro, uma fácil identificação.
e) ao fato de Frei Caneca e Bento Gonçalves terem liderado movimentos separatistas no Nordeste e no Sul do país.

DESAFIE-SE

Imagine que você é um jornalista no ano de 1890, logo após a Proclamação da República. Sua missão é produzir uma reportagem crítica para um jornal importante da época, explicando aos leitores quem realmente ganhou com a mudança do regime e quem continuou excluído. Siga o roteiro:

- Pesquise quais grupos sociais participaram diretamente da Proclamação da República e quais ficaram à margem do processo político.
- Liste pelo menos três antigos privilégios que, apesar da mudança do regime, continuaram sendo mantidos pelas novas lideranças republicanas.
- Escreva um texto jornalístico de até 300 palavras, apresentando argumentos claros sobre como a República representou continuidade para essas elites, enquanto grande parte da população permaneceu excluída.
- Ao final, proponha uma pergunta para os leitores refletirem sobre o que seria necessário para que o regime realmente representasse todos os brasileiros.

Critérios para avaliação:

- Fundamentação histórica correta.
- Capacidade de relacionar contexto político e social.
- Clareza na exposição das ideias.
- Criatividade na pergunta final para reflexão.

NESTA AULA, EU...

Cara/o estudante, de acordo com os objetivos traçados para esta aula e com os conhecimentos construídos, marque as opções que melhor representam a avaliação referente ao seu aprendizado.

ATIVIDADE	CONSTRUÍDO	EM CONSTRUÇÃO
Reconheceu diferentes perspectivas sobre a Proclamação da República, identificando como distintos grupos sociais (elite militar, população negra, abolicionistas, camadas populares etc.) compreenderam e foram afetados pelo novo regime político.		
Analisou e comparou diferentes interpretações sobre a Proclamação da República, reconhecendo como autores e fontes históricas expressam visões distintas sobre os interesses que motivaram a mudança de regime e os privilégios que foram mantidos no novo contexto republicano.		
Interpretou textos históricos e opinativos sobre a Proclamação da República, identificando posições divergentes quanto à sua natureza — como ruptura ou continuidade da ordem vigente — e avaliando criticamente os argumentos apresentados em cada perspectiva.		
Reconheceu, conforme a habilidade D21, que existem posições distintas sobre a Proclamação da República, como a visão que a considera um avanço democrático e a que a vê como a perpetuação dos privilégios de uma nova elite.		

Está aprimorando a capacidade, prevista no descritor D21, de argumentar e justificar a própria posição diante de opiniões divergentes, usando evidências históricas para fundamentar seu ponto de vista sobre o novo regime e suas continuidades.		

PARA SABER MAIS

Acesse os LINKS abaixo.

https://brasilescola.uol.com.br/historiab/proclamacaodarepublica.htm

Brasil Escola - Proclamação da República

Neste portal você encontrará um texto didático sobre a Proclamação da República, com vídeo aula e questões sobre o tema.

https://www.youtube.com/watch?v=ybboE9VmZoE&t=3357s

Especial Proclamação da República - Univesp

Ederson Granetto e Mônica Teixeira recebem a professora Angela Alonso (USP) e o professor Marcos Napolitano (USP). Eles discutem como o Brasil se tornou uma república federativa depois de 389 anos de colonização portuguesa e 67 anos de Império.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. **Revista USP**, vol. 59, pp. 96-115, 2003.

CARVALHO, José Murilo de (coor). **A construção nacional**: 1830-1889. V.2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História contemporânea do Brasil).

DA COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, ed 6, 1998.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). História Geral do Brasil. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A abertura para o mundo: 1889-1930. V.3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010)

GABARITO

CONVERSANDO COM O TEXTO	**2**	**D**
ENEM	**1**	**A**
	2	**D**
	3	**C**

AULA 05: FASCISMOS - DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS ÀS ESPECIFICIDADES LOCAIS

(EM13CHS102): identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

Descritor de Língua Portuguesa: D12 identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros

NESTA AULA, VOCÊ APRENDERÁ...

- a discutir o conceito de fascismo, compreendendo suas características ideológicas, sociais e políticas, bem como suas origens históricas e seus impactos na sociedade;
- a identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros que abordam o tema do fascismo, reconhecendo seus diferentes propósitos comunicativos.

CONCEITUANDO

Você sabe o que é fascismo? Essa palavra deriva de fascio, que significa "feixes" em italiano. Em termos mais remotos, a palavra remetia ao faces latino, um machado cercado por um feixe de varas que era levado diante dos magistrados, nas procissões públicas romanas para significar a autoridade e a unidade do Estado (PAXTON, 2007).

No início do século XX, Benito Mussolini, apropriou-se desse símbolo para representar a ideia central de seu movimento: a união rígida da nação sob um comando forte, autoritário e centralizado. O "modelo italiano" de poder autoritário serviu de inspiração para outros movimentos semelhantes na Europa. O caso mais conhecido é o do nazismo na Alemanha, liderado por Adolf Hitler, que chegou ao poder em 1933 e adaptou o fascismo a uma ideologia ainda mais radical, com forte componente racista e antissemita. Além da Alemanha, regimes fascistas ou de tendência fascista também surgiram em países como Espanha (com Francisco Franco), Portugal (com António Salazar), Hungria, Romênia, dentre outros.

Para melhor compreensão do termo, precisamos pensá-lo como um fenômeno amplo e complexo, que se manifesta em diferentes contextos e períodos históricos, mas mantendo um conjunto de elementos estruturais em comum. Embora as experiências fascistas — como a Itália de Mussolini, a Alemanha nazista de Hitler ou o integralismo brasileiro — apresentem particularidades decorrentes de suas realidades nacionais, elas compartilham pensamentos e práticas que permitem agrupá-las sob a mesma denominação.

Entre os elementos comuns estão: a rejeição à diversidade e à pluralidade, a valorização de um Estado autoritário, o repúdio ao comunismo, o nacionalismo extremo, culto à figura do líder, construção de um "novo homem" (viril, corajoso e capaz de morrer pela pátria), exaltação do militarismo e desprezo aos direitos individuais. Essas características formam a base de uma política marcada pela intolerância e pelo culto à ordem imposta pela força.

Os fascismos podem ser entendidos como movimentos ou como regimes. Antes de chegar ao poder, o fascismo atua como um movimento político de massa, geralmente em contextos de crise econômica, social e institucional. Nessa fase, ele se apresenta como uma solução para os problemas do país, promovendo discursos de ordem, segurança e unidade nacional, assim, ganham apoio popular por meio de retórica emocional, propaganda intensa, uso de símbolos patrióticos e ataques a inimigos internos ou externos. Quando esses movimentos conseguem tomar o poder, tornam-se regimes fascistas. A partir de então, a repressão se intensifica: as instituições democráticas são desmanteladas, a imprensa é censurada, partidos de oposição são banidos e o poder se concentra nas mãos de um líder absoluto.

No Brasil, por exemplo, temos o caso do Integralismo que não chegou ao poder, mas se constituiu como movimento relevante politicamente na primeira metade do século XX. Pedro Doria (2020) considera que o integralismo (movimento político de extrema-direita) se consolidou como a mais poderosa organização fascista fora da Europa nos anos 1930. De acordo com o autor, a Ação Integralista Brasileira (AIB) reuniu mais de um milhão de seguidores em um país com pouco mais de 30 milhões de habitantes.

O movimento integralista no Brasil nasceu inspirado nos modelos europeus de fascismo, principalmente no fascismo italiano de Mussolini, de quem Plínio Salgado foi grande admirador. Assim, adotou símbolos próprios, como a camisa verde, a saudação "Anauê!", o uso do sigma (∑) como insígnia e o lema "Deus, pátria e família", mas manteve os elementos centrais do fascismo europeu: nacionalismo autoritário, culto ao líder, militarismo, anticomunismo, tradicionalismo e repúdio à democracia liberal.

Ao contrário da imagem popular de movimentos de massas irracionais, o integralismo brasileiro foi, em sua origem, uma criação de intelectuais. Escritores, juristas, padres e professores universitários formaram a cúpula do movimento. Entre seus membros estavam Miguel Reale, Gustavo Barroso e até simpatizantes ocasionais como Vinicius de Moraes e Hélder Câmara, que mais tarde mudariam de posição política (DORIA, 2020).

A origem do movimento remonta à Sociedade de Estudos Políticos (SEP), fundada por Salgado com o intuito de reunir intelectuais e lideranças contrárias ao liberalismo e ao marxismo. Dessa base intelectual surgiu a Ação Integralista Brasileira (AIB). Oficialmente criado oficialmente em 7 de outubro de 1932, o movimento ganhou expressão nacional ao mobilizar milhares de simpatizantes em diversas regiões do Brasil, organizando passeatas, comícios e manifestações públicas que buscavam demonstrar força e disciplina. Para difundir suas ideias, o movimento investiu fortemente em uma ampla rede de comunicação, que incluía jornais, revistas, panfletos, programas de rádio e publicações do próprio líder Plínio Salgado (BARBOSA, 2006).

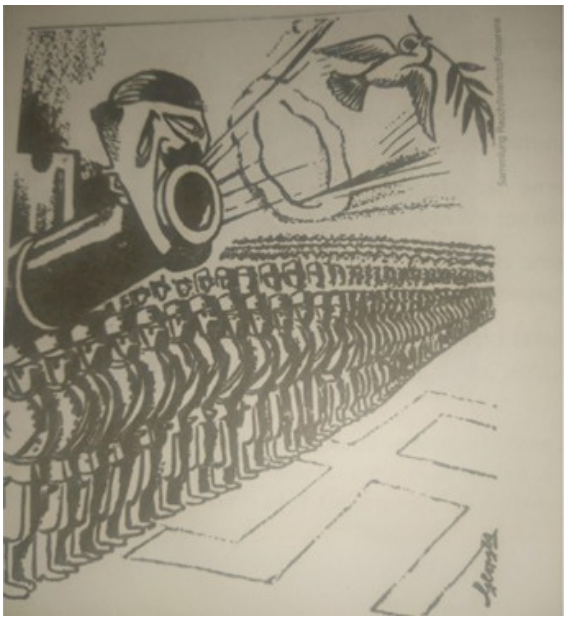
A transformação da Ação Integralista Brasileira (AIB) em partido político, em 1935, evidenciou sua ambição de conquistar o poder institucional, culminando no lançamento da candidatura de Plínio Salgado à presidência da República em 1937. Com forte presença em diversas regiões do país, a campanha integralista defendia o lema “Deus, Pátria e Família” e propunha o Estado Integral como alternativa aos modelos liberais e socialistas. No entanto, os planos eleitorais foram frustrados com a instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas, que utilizou como pretexto o Plano Cohen (um documento forjado por integralistas, que simulava uma suposta revolução comunista iminente no Brasil). O episódio serviu para legitimar a implantação do regime autoritário e, em 1938, marcou também a proibição definitiva das atividades da AIB, selando o declínio do movimento.

CONVERSANDO COM O TEXTO

1. Como movimento, o fascismo destacou-se por defender a supremacia do Estado, o nacionalismo extremo, a autoridade centralizada e o culto à figura do líder. Na Itália, sob a liderança de Benito Mussolini, o fascismo se institucionalizou como regime político a partir de 1922. Esse regime era caracterizado por um Estado totalitário, partido único, repressão às liberdades civis, uso da propaganda e violência contra opositores. O fascismo também inspirou movimentos similares em outros países, como o nazismo na Alemanha.

a) A partir do texto e dos seus conhecimentos, analise as principais características do fascismo enquanto movimento e enquanto regime político.
b) Discute os perigos do fascismo para a democracia.

2. Observe a charge publicada em 1933, no jornal estadunidense The Nation, logo após a ascensão de Hitler ao poder.



Disponível em:https://brainly.com.br/tarefa/56084120. Acesso em: 9 jul.2025 (Adaptado)

A finalidade dessa charge é
a) sugerir que o nazismo era um movimento anti ecológico.
b) apontar a desmobilização beligerante característica do movimento.
c) informar o leitor sobre as estratégias de guerra adotadas pelo regime nazista.
d) alertar sobre os perigos do discurso nazista para a manutenção da paz.
e) minimizar o papel de mobilização protagonizado pelas lideranças nazistas.

ENEM

1. (**Enem 2009**): Os regimes totalitários da primeira metade do século XX apoiaram-se fortemente na mobilização da juventude em torno da defesa de ideias grandiosas para o futuro da nação. Nesses projetos, os jovens deveriam entender que só havia uma pessoa digna de ser amada e obedecida, que era o líder. Tais movimentos sociais juvenis contribuíram para a implantação e a sustentação do nazismo, na Alemanha, e do fascismo, na Itália, Espanha e Portugal.
A atuação desses movimentos juvenis caracterizava-se:

a) pelo sectarismo e pela forma violenta e radical com que enfrentavam os opositores ao regime.
b) pelas propostas de conscientização da população acerca dos seus direitos como cidadãos.
c) pela promoção de um modo de vida saudável, que mostrava os jovens como exemplos a seguir.
d) pelo diálogo, ao organizar debates que opunham jovens idealistas e velhas lideranças conservadoras.
e) pelos métodos políticos populistas e pela organização de comícios multitudinários.

DESAFIE-SE

A imagem a seguir é uma capa da revista “Anauê!” publicada pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Nela, é possível observar elementos visuais e textuais que buscam transmitir uma mensagem ideológica.

Anauê!, maio 1935, ano I, n.2.
Disponível em: https://querepublicaeessa.an.gov.br/index.php/que-republica-e-essa/assuntos/temas/78-secoes-anteriores/68-historia/319-anaue. Acesso em: 10 jul 2025.

Com base na imagem e nos seus conhecimentos sobre o integralismo no Brasil dos anos 1930, redija um texto dissertativo em que você identifique e analise a finalidade desta publicação. Em sua resposta, considere:
I - A simbologia e os elementos visuais apresentados na imagem (como o uso do símbolo ∑, o uniforme, o mapa do Brasil etc.);
II - De que forma esse tipo de publicação buscava influenciar a opinião pública e mobilizar apoiadores.

NESTA AULA, EU...

ATIVIDADE	CONSTRUÍDO	EM CONSTRUÇÃO
Discutiu o conceito de fascismo, compreendendo suas características ideológicas, sociais e políticas, bem como suas origens históricas e seus impactos na sociedade.		
Identificou a finalidade de textos de diferentes gêneros que abordam o tema do fascismo, reconhecendo seus diferentes propósitos comunicativos.		

PARA SABER MAIS

Acesse os LINKS abaixo.

https://www.youtube.com/watch?v=FXBxRUSnbDU&t=74s

O que é fascismo? | Leandro Karnal

Neste vídeo, o professor Leandro Karnal analisa o fascismo sob a liderança de Benito Mussolini, explorando os fatores históricos e sociais que possibilitaram seu surgimento na Itália. Ele apresenta as influências ideológicas que moldaram esse regime, bem como as principais características que o definem como uma forma de governo totalitário.

https://www.youtube.com/watch?v=MaufBsobF1g

A ascensão do Nazismo - parte 1 | Leandro Karnal

Aqui, o professor e historiador Leandro Karnal discute o conceito de nazismo, explicando como Adolf Hitler ascendeu ao poder e consolidou um regime totalitário na Alemanha.

https://www.youtube.com/watch?v=RnuTiXWnUPc&t=34s

Nazismo: as raízes do Nacional-Socialismo Alemão - Parte 2 | Leandro Karnal

Nessa segunda parte, Leandro Karnal aprofunda a discussão sobre o nazismo, examinando os aspectos sociais, psicológicos e culturais que contribuíram para a ascensão de uma ditadura.

https://www.youtube.com/watch?v=A0TfJN9pTww

Fascismo à Brasileira | Pedro Doria e Leandro Karnal

Nesta entrevista, o jornalista Pedro Doria, autor do livro "Fascismo à Brasileira", aborda a trajetória da Ação Integralista Brasileira — movimento político que, inspirado no fascismo de Mussolini e no nazismo de Hitler, conquistou centenas de milhares de adeptos no Brasil durante a década de 1930.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A ascensão da ação integralista brasileira (1932-1937). **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 6, n. 1/2/3, p.67-81, 2006.

CRUZ, Natalia dos Reis. A MODERNIDADE E A PÓS-MODERNIDADE COMO GÊNESE DO FASCISMO: o caso dos velhos e novos integralistas brasileiros. **Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História**, 2016. v. 13(22), 26–48.

DORIA, Pedro. **Fascismo à brasileira**: como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo. [livro eletrônico] São Paulo: Planeta, 2020.

PAXTON, Robert Owen. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GABARITO

CONVERSANDO COM O TEXTO	**2**	**D**
ENEM	**1**	**A**